

do, uma lancha. O motorista do automóvel pratica crime, sujeitando-se a detenção, de seis meses a um ano, ou multa (art. 309 do CT); o piloto da lancha comete contravenção, ensejando a aplicação de prisão simples, de 15 dias a três meses, ou multa. São importantes as diferenças qualitativa da infração e quantitativa da pena, embora os fatos atinjam o mesmo bem jurídico e os meios executórios apresentem idêntica natureza (“veículos automotores”).

O embarço não fica aí. E se os dois condutores inabilitados, o motorista do automóvel e o piloto da lancha, estiverem dirigindo cautelosamente?

Pelo que vimos, o motorista do auto-

móvel comete simples ilícito administrativo. O piloto da lancha, contudo, ingressa no campo criminal, respondendo pela infração do art. 32 da LCP.⁷

Cremos que, para minimizar a confusão legislativa e interpretativa, que João José Caldeira Bastos denominou “anarquia exegética”,⁸ o entendimento do STF a respeito da direção normal porém inabilitada de automóveis etc. deve ser estendida à direção correta porém inabilitada de embarcações. De maneira que a condução normal porém inabilitada de embarcação a motor em águas públicas configuraria simples ilícito administrativo (Decreto 50.059, de 25/01/1961).

⁷ A jurisprudência já entendeu subsistir a contravenção do art. 32, de perigo abstrato, ainda que o sujeito esteja “dirigindo” a embarcação com cautela (TACrimSP, ACrim 476.785, 7.ª Câmara, Rel. Juiz Hélio de Freitas, jurisprudência do TACrimSP, rolo-flash 455/456).

⁸ “Crimes de trânsito: interpretação e crítica”, *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, 25/185, jan./mar.1999, São Paulo: RT.



dilema da qualidade no Judiciário

*Marcelo Dolzany da Costa**

O articulista Luís Nassif dedicou recentemente um dos espaços de sua coluna diária na *Folha de S. Paulo* para tratar da qualidade total na Justiça Federal de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Nunca mais se tinha lido coisa mais alentadora sobre nossos tribunais.

A propósito do tema da qualidade no serviço público, alguns teóricos divergem entre si ao transplantar esse conceito a partir da iniciativa privada, relutantes no dogma de que a verdadeira concorrência é própria do mercado, não dos serviços ofereci-

* Juiz Federal em Belo Horizonte (MG) e Diretor Cultural da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe).

dos pelo Estado. Prefiro ficar com uma minoria que já não é tão silenciosa.

Uma pesquisa realizada em 1999 sobre o Judiciário francês revelou que 65% da população tinham uma imagem positiva dos juízes. Dentre os mais jovens esse índice subia para 75%. Apenas 25% guardavam uma visão negativa de seus julgadores. Desconheço dados recentes em nosso País, mas é melhor não ter esperanças de alcançar pelo menos a metade da simpatia dos colegas franceses.

O Brasil se alarma com o crescimento da violência, a corrupção dentre juízes, políticos, empresários, a conivência de setores das administrações com o crime organizado, e por aí vai. Parece que se trata mesmo de um mercado onde a concorrência não teria vez. Quem não se lembra do irreverente adesivo dos pára-brisas? “Não roube; o Governo odeia concorrência!”

Ora, então quer dizer que a “qualidade é só para faturar mais dinheiro, não serve para reclamar contra um serviço que já foi pago pelos impostos”?

O discurso de alguns juízes às vezes lembra o *Bolero de Ravel* – um mesmo tema infinitamente repetido num *crescendo* com instrumentos diferentes. Convidados a explicar à opinião pública os motivos da morosidade da Justiça, os juízes apelam exclusivamente para fatores externos. Ora é o Executivo que não repassa as verbas, ora

são as leis processuais extremamente benevolentes com os recursos. O jurista Renato Nalini chama essas explicações de “cultura do repasse”, semelhante à explicação do feirante que recorre à invasão russa na Tchecônia para explicar o aumento do preço do pé de alface. Ninguém dentro do Judiciário é culpado de nada; a culpa sempre está nos outros.

A perda da qualidade de nosso produto — a prestação jurisdicional segura e rápida — com certeza tem a ver com a crise

“A perda da qualidade de nosso produto — a prestação jurisdicional segura e rápida — com certeza tem a ver com a crise de impunidade e o impacto da violência.”

de impunidade e o impacto da violência. O mundo mudou e estávamos ocupados em transformar o computador numa sofisticadíssima máquina de escrever. O muro caiu e nós continuamos a acreditar que não existia aquilo que não estava nos autos. Nossa timidez

nos deixou reclusos nos gabinetes e muita vaidade rolou debaixo da ponte até descobrirmos que éramos simples homens e mulheres, não semideuses, muito menos o próprio Criador.

A chamada concorrência com o serviço público essencial e indispensável da Justiça não está nos matadores de aluguel ou no desforço próprio da vingança. O perigo resulta na perda de confiança da sociedade em seus juízes. Quanto mais distantes e mais tardios eles estiverem da interpretação das leis justas, mais oferecerão um produto ruim, sem qualidade, inócuo, sem vida.

Cada magistrado também poderia ouvir o que as outras ciências já afirmaram. Seria um gesto de humildade próprio dos sábios. As lições dos administradores podem ser um bom começo.

Osvaldo Alvarez, então corregedor do TRF - 4ª Região (RS/SC/PR), conta que certa tarde compareceu a um balcão de vara federal. Sem se identificar como magistrado, indagou ao serventuário se poderia falar com o juiz. “Não sei, doutor. Há quase um ano não vemos o juiz. Ele entra e sai por aquela porta, por isso ninguém o vê”, explicou o servidor. Tenho pena desse juiz, afastado de sua secretaria, sem contato com o mundo.

A distância entre o juiz e os serviços de apoio da secretaria é herança da divisão social do trabalho onde se estabeleceu que o intelectual era superior ao braçal. Não raro ouço de colegas que seu trabalho é “apenas julgar”. Sim, mas julgar bem e rápido, não se esqueça, Excelência!

A cultura do juiz brasileiro o leva a ser extremamente centralizador, desconfiado de todos, inclusive de seus auxiliares. Por isso, raramente delega, sempre guarda a pose correicional, pronto para levar ao tronco o primeiro que der o passo errado. Nenhuma empresa sobreviveria se seus diretores não confiassem em seu gerente e estes em seus subordinados.

Alguns dirão que prego a vulgarização ou o “populismo judiciário”. Os juízes egressos da advocacia privada sabem muito bem no que dá esse comportamento centralizador e autocrata. Processos aguardam meses e anos para uma sentença, decisões saneadoras que mais complicam o proces-

so na hora de decidir, audiências que varram tardes e noites como se o juiz fosse o investigador dos interesses privados, não um “solucionador de conflitos”.

A qualidade reclamada não está na justeza de uma decisão, mas na segurança e rapidez com que ela é proferida. “Até porque o juiz sempre desagradará a 50% de seu público”, ironiza Sepúlveda Pertence. É preciso investir nos juízes, especialmente quando estes são responsáveis pela administração de sua unidade, pouco importando se está nos luxuosos palácios ou nos cubículos cedidos pelas prefeituras em muitas comarcas de incontáveis grotões. A qualidade implica reconhecer que as decisões devem ser “enxutas”, objetivas, claras e precisas. Boa sentença não é a sentença longa, mas a que convence o seu destinatário sobre todos os pedidos que apresentou. Também implica abolir os procedimentos inúteis, repetitivos, desatualizados com a tecnologia, aí inclusas as intimações por *fax* e correio eletrônico. É preciso lembrar mais da instrumentalidade do processo porque a erudição fica melhor no artigo doutrinário.

O Judiciário tem muito de sua culpa no medo de inovar, na timidez em estimular a criatividade de seus juízes e serviços. Perdemos de vista o nosso “cliente”, o contribuinte sequioso de resolver sua causa. Ficamos entretidos na liturgia do cargo e na majestositade dos palácios.

Antes que seja tarde demais, é hora de avaliar o produto antes que ele estrague ou os tiranos de atalaia o tenham desnecessário. Aí talvez já não existam juízes, muito menos qualidade.

